

Grupos negociam acordo sobre Ordem Econômica

PAMELA NUNES



Severo: entendimento possível



Afif: Capítulo é fundamental

BRASÍLIA — Negociações já iniciadas, em busca de um entendimento amplo sobre o Título da Ordem Econômica, deverão reduzir os pontos de conflito entre liberais e estatizantes, disputa que caracterizou as votações da matéria em todas as etapas da Constituinte. Os principais envolvidos nas negociações afirmam que as divergências estão restritas basicamente ao conceito de empresa nacional e à política mineral, além de algumas modificações nos capítulos sobre política urbana e reforma agrária.

Pelo clima cordial que vem caracterizando os encontros realizados entre os diversos grupos é possível prever como se dará a votação da Ordem Econômica. O PMDB, liderado pelo Senador Mário Covas (PMDB-SP), vai votar com o Centrão em quase todas as matérias. Os partidos de esquerda — PDT, PT, PCdoB e PCB — apoiarão diversos pontos, mas já avisaram que vão marcar posição em plenário tanto pelo voto — em matérias mais controversas —, quanto por discursos incisivos. A maioria dos acordos se concretizará através da fusão da emenda do Centrão com o projeto da Sistematização.

Na última reunião realizada em Brasília, na residência do Senador Severo Gomes (PMDB-SP), ficou decidido que o segmento peemedebista ligado a Covas vai votar integralmente o capítulo do Sistema Financeiro proposto pelo Centrão. Segundo Severo, o texto é muito semelhante ao que foi aprovado pela Sistematização e está melhor ordenado.

O trabalho em direção ao entendimento reúne o mesmo grupo de Constituintes envolvidos no assunto desde as comissões temáticas. Severo Gomes, que foi o relator da Comissão da Ordem Econômica, recebeu de Covas a incumbência de conduzir os entendimentos em nome do PMDB. Delfim Netto (PDS-SP), Francisco Dornelles (PFL-RJ), Afif Domingos (PL-SP) e Albano Franco (PMDB-SE) — este com menor frequência — são participantes assíduos das rodadas de negociação e trabalham desvinculados das articulações do Centrão.

Outros negociadores são: Artur da Távola (PMDB-RJ), Marcos Lima (PMDB-MG), Virgildásio de Senna (PMDB-BA), Hélio Duque (PMDB-PR), Roberto Freire (PCB-PE), Aldo Arantes (PCdoB-GO), Fernando Sant'Anna (PCB-BA), Luis Salomão (PDT-RJ) e Wladimir Palmeira (PT-RJ).

A certeza de que a definição da Ordem Econômica que o País adotará, para orientar suas políticas interna e externa, sairá pela via do acordo, está animando Severo Gomes, que teve seu relatório rejeitado pela comissão temática, por uma manobra dos liberais. O quadro hoje é bem diferente e o relator vencido vê com otimismo o encaminhamento das primeiras conversas.

Afif Domingos também crê no entendimento. O Deputado que apostava no impasse nas votações do sistema e do mandato para promover uma ampla negociação posterior envolvendo, inclusive, o Título da Ordem Econômica, diz que o confronto é indesejável. E justifica:

— Não podemos errar neste Título sob pena de transformar os avanços obtidos no capítulo da Ordem Social em letra morta na Constituinte.

Afif Domingos defende uma ordem econômica que proporcione desenvolvimento e produção de riquezas para que o País possa arcar com os custos dos benefícios conquistados na Ordem Social.

Mesmo participando das negociações suprapartidárias, o Centrão procura rearticular-se para votar a Ordem Econômica. Os principais líderes continuam sendo os Deputados Ricardo Fiúza (PFL-PE), Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), Paes Landim (PDS-PI), Jonas Pinheiro (PFL-MT), Max Rosemann (PMDB-SC), José Lins (PFL-PE) e Eraldo Tinoco (PFL-BA). Só que desta vez o grupo não pretende reunir maioria absoluta como era seu objetivo inicial. O Centrão não resistiu ao primeiro impasse surgido em plenário e se dividiu quando rompeu o acordo firmado para aprovar o dispositivo sobre o Direito de Propriedade. Desta vez,

os líderes estão trabalhando para reunir um núcleo que contaria com cerca de 60 Constituintes. O objetivo é garantir poder de barganha e presença certa nas mesas de negociação. Este grupo, que poderá estar fechado já nesta semana, vai incluir apenas os políticos que sempre votaram com o Centrão, inclusive no presidencialismo e nos cinco anos.

De acordo com o relato dos participantes assíduos das reuniões para o entendimento, mesmo naqueles pontos considerados mais controversos há perspectivas de acordo. Por exemplo, quanto ao conceito de empresa nacional: as conversas encaminham-se para uma fusão de emendas aproveitando o início da proposta do Centrão e o fim daquela aprovada pela Sistematização. O objetivo é estabelecer diferenças entre empresas de capital nacional e as de origem estrangeira.

Os líderes dos partidos concordam em retirar do texto a obrigatoriedade de que as empresas do Governo só comprem produtos de firmas nacionais. Segundo Severo, se for mantido este dispositivo diversas empresas estrangeiras, até mesmo de grande porte, estariam condenadas à insolvência, pois só têm o Governo como cliente.

Ainda no capítulo dos Princípios Gerais da Ordem Econômica — onde se insere o conceito de empresa nacional — um outro ponto permanece sem acordo. E quanto a restrição que o texto da Sistematização faz à exploração dos recursos minerais por empresas de capital estrangeiro. Mas pelo menos em um ponto há consenso. Todos concordam em derubar o dispositivo que inclui como monopólio da União a distribuição dos derivados de petróleo.

Reforma agrária, questão polêmica

Na polêmica reforma agrária, a saída para evitar um impasse pode estar no acordo que começa a se esboçar e que prevê o envio para a legislação ordinária dos mecanismos de reforma da estrutura rural brasileira. Apenas o princípio e algumas referências menos controversas da matéria ficariam consagrados no texto constitucional.

Neste capítulo é que os partidos de esquerda concentrarão a tarefa de marcar posição. A reforma agrária é um tema que agrega inúmeros movimentos populares com os quais estes Constituintes são comprometidos.

— Desde o início estava claro que para nós restaria marcar posição na Ordem Econômica. O importante agora é garantirmos os avanços nos direitos sociais — diz o Deputado petista Wladimir Palmeira.

O Deputado Roberto Freire (PCB-PE) dá uma idéia do tom dos seus discursos:

— Para os comunistas é fundamental que a propriedade cumpra uma função social, bem definida na Constituição.

Quando o plenário se reunir para votar este Título, olhares atentos estarão voltados para as decisões que ali serão tomadas. São os grupos de pressão, os lobbies, tanto dos liberais quanto dos progressistas, que acompanham, preocupados, os resultados das votações. Mas se isto é uma realidade e perturbou os Constituintes no início dos trabalhos, atualmente o poder de convencimento destes grupos está sendo minimizado por alguns parlamentares:

— Os grupos de pressão sempre atuaram aqui. Mas a experiência mostrou que eles têm uma capacidade limitada de influir, pois os interesses são muito localizados e acabam por se dispersar — diz Severo Gomes.

As decisões da Constituinte sobre a Ordem Econômica estarão sendo aguardadas com interesse por algumas representações estrangeiras credenciadas no Brasil, além de estarem sendo acompanhadas pela UDR, Contag, Comissão Pastoral da Terra entre outros setores da sociedade. Algumas entidades acompanham, passo a passo, através de diplomatas o que acontece com este Título: basicamente as Embaixadas do Japão, França, Alemanha Ocidental, Itália e Espanha.

Empresários defendem livre iniciativa

Livrar a nova Constituição de quaisquer elementos xenófobos é a maior preocupação dos empresários ouvidos pelo GLOBO sobre os pontos polêmicos do Título da Ordem Econômica a ser votado pelo plenário da Constituinte. Antônio Ermírio de Moraes, Superintendente do Grupo Votorantim, lembra que o capital estrangeiro é essencial para o desenvolvimento do País.

Eis um resumo das opiniões:
 ★ Antônio Ermírio de Moraes, Superintendente do Grupo Votorantim.

— A respeito da ordem econômica, principalmente na definição do que é a empresa nacional, se deve ter um bom senso e nenhuma xenofobia. O recurso estrangeiro é essencial para o desenvolvimento do País. A reforma agrária tem que começar por terras do Governo, as improdutivas é claro, e possivelmente por terras da Igreja. Mas reforma agrária sem política agrária não tem jeito.

★ Rui Barreto, Diretor-Presidente do Café Brasília.

— A Constituinte não pode criar condições que em vez de favorecerem o mercado de trabalho venham prejudicá-lo. Já foram cometidos vários erros imperdoáveis como a licença a maternidade de 120 dias, o que reduzirá o mercado de trabalho para as mulheres. Na Ordem Econômica, temos de lutar para que não seja aprovado nenhum ponto equivo-



Claudio Bardella



Antônio Ermírio

cado, pois a população será a primeira a ser sacrificada.

★ Carlos Eduardo Moreira Ferreira, primeiro Vice-Presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

— O País está atento as decisões da Constituinte e os empresários esperam suas definições para voltarem a investir. Respeito os Constituintes e espero que não ajam emocionalmente nessa questão e que não exista sentimento xenóforo.

★ Fuad Mattar, Presidente do Grupo Paramount e Membro do Conselho Superior de Comércio Exterior da Fiesp.

— A Constituinte deve agir com tranqüilidade na questão da definição de empresa nacional e buscar acima de tudo atender os interesses da Nação, que precisa de recursos do

exterior. Nada de xenofobia. Há empresas multinacionais que estão instaladas no País há mais de 50 anos e por isso são legitimamente nacionais. Quanto à reforma agrária, é preciso que seja feita sem emoção e sem prejuízos para o País ou para quem produz.

★ Claudio Bardella, Presidente do Grupo Bardella.

— A definição de empresa nacional deve ser acompanhada de bom senso. Empresas que têm sócio majoritário nacional com controle efetivo, e com transferência de tecnologia rápida e eficiente, são exemplos de bons investimentos. Isso não deve ser esquecido, assim como a empresa estrangeira que estabeleceu raízes no País. O clima do Congresso deve ser anti-xenóforo para discutir esse assunto.

★ Eduardo Rocha Azevedo, Presidente da Bolsa de Valores de São Paulo.

— Tudo o que for aprovado no capítulo da Ordem Econômica e que o mercado não aceitar, terá que ser revisto e modificado depois. Por isso, temos que sair fora de propostas populistas. A proposta de reforma agrária, por exemplo, é antiga: é dividir por dividir a terra. Quem vai dizer o que é função social? O direito de propriedade, da forma como está sendo proposto pela Constituinte, vai colocar em dúvida todo o conceito de propriedade privada. Este é o maior risco que corremos hoje.